



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE MEDICINA VETERINÁRIA
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

**RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ESO),
REALIZADO NA AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MUNICÍPIO DO
RECIFE-PE**

**ELABORAÇÃO DE FOLDER PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO SERVIÇO
DE INSPEÇÃO DO ESTADO PERNAMBUCO**

MARCELO JOSÉ FERREIRA BATISTA DA SILVA

Recife – PE, 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE MEDICINA VETERINÁRIA
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

**RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ESO),
REALIZADO NA AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MUNICÍPIO DO
RECIFE-PE**

**ELABORAÇÃO DE FOLDER PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO SERVIÇO
DE INSPEÇÃO DO ESTADO PERNAMBUCO**

**Trabalho realizado como exigência
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Medicina Veterinária,
sob Orientação da Prof^a. Dr^a.
Elizabeth Sampaio de Medeiros**

MARCELO JOSÉ FERREIRA BATISTA DA SILVA

Recife – PE, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e

Silva, Marcelo José Ferreira Batista da Silva

ELABORAÇÃO DE FOLDER PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO ESTADO
PERNAMBUCO / Marcelo José Ferreira Batista da Silva Silva. - 2019.
36 f. : il.

Orientadora: Elizabeth Sampaio de Medeiros.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
Medicina Veterinária, Recife, 2019.

1. Comércio Clandestino. 2. Produtos de Origem Animal. 3. Avaliação Higiênico-Sanitária. 4. Consumidor. 5.
Zoonoses. I. Medeiros, Elizabeth Sampaio de, orient. II. Título

CDD 636.089



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE MEDICINA VETERINÁRIA

CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

**RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ESO),
REALIZADO NA AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MUNICÍPIO DO
RECIFE-PE**

**ELABORAÇÃO DE FOLDER PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO SERVIÇO
DE INSPEÇÃO DO ESTADO PERNAMBUCO**

Relatório elaborado por
MARCELO JOSÉ FERREIRA BATISTA DA SILVA

Aprovado em 13/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Elizabeth Sampaio de Medeiros
Departamento de Medicina Veterinária da UFRPE

Dra. Glenda Mônica Luna de Holanda
Fiscal Estadual Agropecuário – ADAGRO-PE

Dr. Flávio de Oliveira Silva
Fiscal Estadual Agropecuário – ADAGRO-PE

AGRADECIMENTOS

A Deus que permitiu que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus pais, a base de minha existência, em especial à minha mãe, que não mediu esforços e sempre me incentivou.

Aos meus irmãos, Marcílio e Noemia, pelo apoio e ajuda.

A minha linda sobrinha Sophia que me trouxe alegria quando precisava.

A toda minha família, pelo apoio e incentivo.

A minha orientadora, professora Elizabeth Sampaio, pelos ensinamentos e contribuição.

A minha supervisora Dra. Glenda Holanda a quem tenho o prazer de ter sua amizade, afinal pudemos trabalhar juntos. Obrigado Glenda por tudo!!!

Ao Dr. Flávio Silva pelos ensinamentos e contribuições durante minha passagem na ADAGRO.

Aos demais colegas da ADAGRO: Alessandra, Edilza, Jorge, Kalina e Marcus

As colegas de estágio Ana Eduarda, Clara e Maria Eduarda.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco pela oportunidade de realização do curso.

A todos os professores que contribuíram para minha formação.

Ao professor Severino Benone meu sempre orientador desde a zootecnia e que sempre me apoiou.

As amigas da Universidade Daniele Leite e Katiany Vasconcelos meu muito obrigado por tudo.

Aos que fazem a UNIFAVIP: Bruno, Francisco, Ieverton, Jéssica, Júnior Mário, Liana, Luciana, Vanessa meu muito obrigado pela ajuda e paciência.

Aos queridos alunos da UNIFAVIP onde pude compartilhar da minha experiência como professor, agradeço a vocês todos.

Aos amigos Atzel, Augusto, Danilo, Eduardo, Fillipe, Jesus, Loamy, Mabel, Valderes e Valéria pela ajuda sempre que precisei.

A todos que de forma indireta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

“O sucesso é a soma de pequenos esforços – repetidos dia sim, e no outro também”.
Robert Collier

RESUMO

A Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO-PE) tem por objetivo planejar, elaborar, coordenar e executar programas de promoção a regulamentação sanitária, a exemplo da educação sanitária. Durante o período do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) foi realizado o acompanhamento dos trabalhos na fiscalização aos estabelecimentos como entreposto de carne em supermercados, fábrica de laticínios e em unidades de beneficiamento de pescados e produtos de pescado localizados na cidade do Recife e em sua região metropolitana. As ações de fiscalização da ADAGRO eram motivadas por monitoramento, vistorias, registro inicial, renovação de registro, coleta de amostras e denúncias. Nas fiscalizações aos estabelecimentos eram feitas vistorias *in loco* e documental a fim de verificar o atendimento as exigências sanitárias perante o serviço de inspeção estadual. Dentre as ações previstas no trabalho desenvolvido pela ADAGRO, a educação sanitária é uma iniciativa que visa orientar o consumidor a compreender e diferenciar um produto clandestino de um produto registrado, garantindo dessa forma o consumo de um produto inócuo. Como ferramenta para conquista desse conhecimento, a elaboração de um folder veio com esforços a garantir que os consumidores possam enxergar um produto de origem animal de qualidade.

Palavras-chaves: comércio clandestino, produtos de origem animal, avaliação higiênico-sanitária, consumidor, zoonoses.

ABSTRACT

The Agency for The Defense and Agricultural Supervision of the State of Pernambuco (ADAGRO-PE) aims to plan, develop, coordinate and execute programs to promote health regulations, such as health education. During the period of the Mandatory Supervised Internship (ESO) the monitoring of work was carried out in the supervision of establishments such as meat warehouse in supermarkets, dairy factory and in fish processing units and fish products located in the city of Recife and its metropolitan region. ADAGRO's inspection actions were motivated by monitoring, surveys, initial registration, registration renewal, sample collection and complaints. In the inspections of the establishments, inspections were carried out on site and documentary in order to verify the compliance with the sanitary requirements before the state inspection service. Among the actions foreseen in the work developed by ADAGRO, health education is an initiative that aims to guide consumers to understand and differentiate a clandestine product from a registered product, thus ensuring the consumption of an innocuous product. As a tool for gaining this knowledge, the elaboration of a folder came with efforts to ensure that consumers can see a product of quality animal origin.

Keywords: black market, animal-origin products, sanitary inspections, consumer, zoonosis.

SUMÁRIO

1.	Capítulo I: Descrição das atividades desenvolvidas no ESO	9
1.1.	Introdução sobre o ESO.....	9
1.2.	Descrição do local de estágio.....	9
1.3.	Descrição das atividades do ESO	10
1.4.	Discussão das atividades desenvolvidas	16
1.5.	Conclusão.....	17
2.	Capítulo II: Educação sanitária ao consumidor de produtos de origem animal - Revisão de literatura	18
2.1.	Resumo	18
2.2.	Introdução	19
2.3.	Revisão de literatura	20
2.3.1.	Base legal da educação sanitária	20
2.3.2.	Elementos integradores da educação sanitária	21
2.4.	Metodologia	22
2.5.	Resultados	23
2.6.	Conclusão.....	28
2.7.	Referências.....	28
Anexo A.	Folder informativo para consumidores de produtos de origem animal	33

1. Capítulo I: Descrição das atividades desenvolvidas no ESO

1.1. Introdução sobre o ESO

O estágio supervisionado obrigatório (ESO) foi realizado na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, durante o período de 26 de agosto a 25 de novembro de 2019, como cumprimento da disciplina obrigatória subsequente às demais disciplinas do Currículo Pleno a formação no curso de Bacharelado em Medicina Veterinária. O estágio teve por objetivos proporcionar o acompanhamento de trabalhos em inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, com fiscalização a estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual.

1.2. Descrição do local de estágio

A Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO é um órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, instituído pela Lei Estadual nº 15.919, de 04 de novembro de 2016 (PERNAMBUCO, 2016), com autonomia técnica, administrativa e financeira, poder de polícia administrativa, tendo como missão integrar ações do Governo Federal, Estadual e Municipal que contribuam para promover e executar a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária.

Dentre as atividades voltadas a área de inspeção de produtos de origem animal, cabe a ADAGRO registrar, fiscalizar e inspecionar pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, que manipulem, produzam, beneficiem, classifiquem, armazenem, transportem ou comercializem produtos e derivados agropecuários e insumos do setor primário, além disso, compete a ADAGRO planejar, elaborar, coordenar e executar programa de promoção a regulamentação sanitária, assim como, interditar, aplicar multas e outras sanções aos infratores das leis, decretos, portarias e normas que regem suas atividades.

As atividades de fiscalização realizadas durante o estágio ocorreram em estabelecimentos como: entrepostos de carne em supermercado, fábrica de laticínios e em unidades de beneficiamento de pescados e produtos de pescado localizados na cidade do Recife e também na região metropolitana. A concentração nessa região foi ocasionada pelo fato de que existe o

Decreto nº 37.623, de 15 de dezembro de 2011 (PERNAMBUCO, 2011) em seu Art. 7º que veda ao estagiário deslocar-se fora do âmbito da Região Metropolitana do Recife. Na ADAGRO, os serviços prestados em relação a esses estabelecimentos podem ocorrer por atividades de registro inicial, vistoria, monitoramento, renovação de registro, coleta de amostras, atendimentos a demandas do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e denúncias recebidas através da ouvidoria do órgão.

1.3. Descrição das atividades do ESO

A realização das atividades durante o estágio foi em sua maioria, com exceção de denúncia e atendimento ao MPPE, programadas na tentativa de atender da melhor maneira possível a grande demanda. Conforme o gráfico 1, os estabelecimentos fiscalizados foram separados em 3 (três) tipos: Entrepasto de carne em supermercado, fábrica de laticínios e unidades de beneficiamento de pescados e derivados.

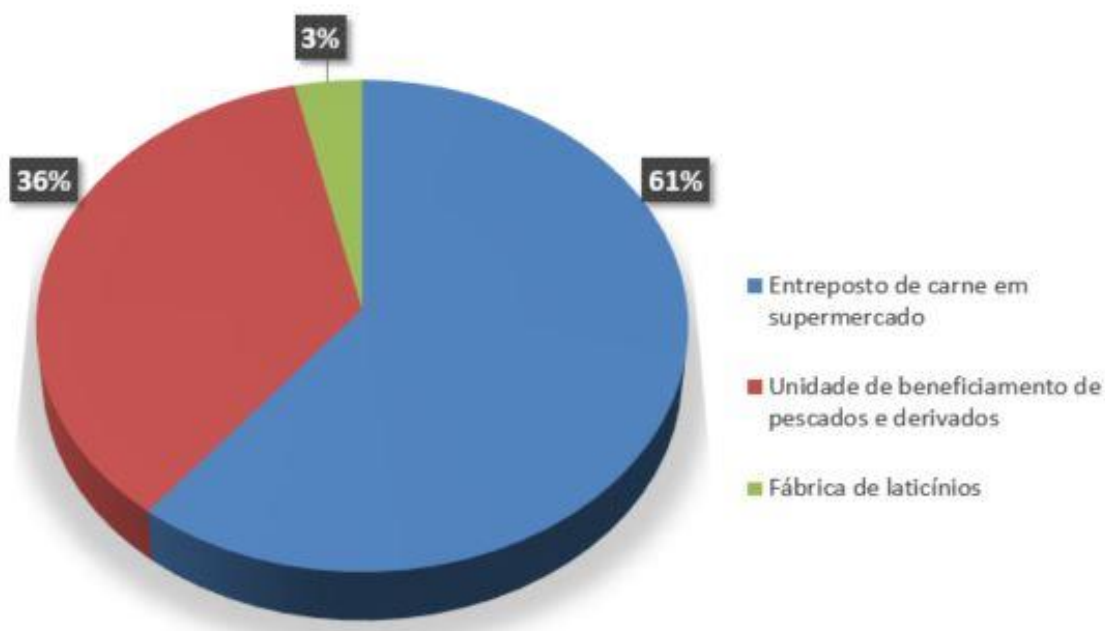


Gráfico 1. Categorias de estabelecimentos fiscalizados durante o período do ESO.

As verificações oficiais ocorriam diariamente, com saídas tanto no período da manhã, como no período da tarde, e motivadas de acordo com o que mostra o gráfico 2. Durante o deslocamento para as verificações oficiais era discutida a motivação e o andamento das ações de fiscalização sobre o estabelecimento, a fim de permitir um melhor direcionamento a ser realizado durante a fiscalização. Inicialmente ao chegar nos estabelecimentos eram feitas as

verificações oficiais *in loco* e posteriormente a verificação documental para identificar se já se encontravam implantados e implementados os Programas de Autocontrole (PAC's), que são programas desenvolvidos, procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos (BRASIL, 2017), em atendimento a Portaria Adagro nº 005 de 14 de fevereiro de 2017, pois é através da aplicabilidade desses programas que o estabelecimento consegue manter estrutura, equipamentos e utensílios em condições adequadas para garantir a qualidade dos produtos fabricados.

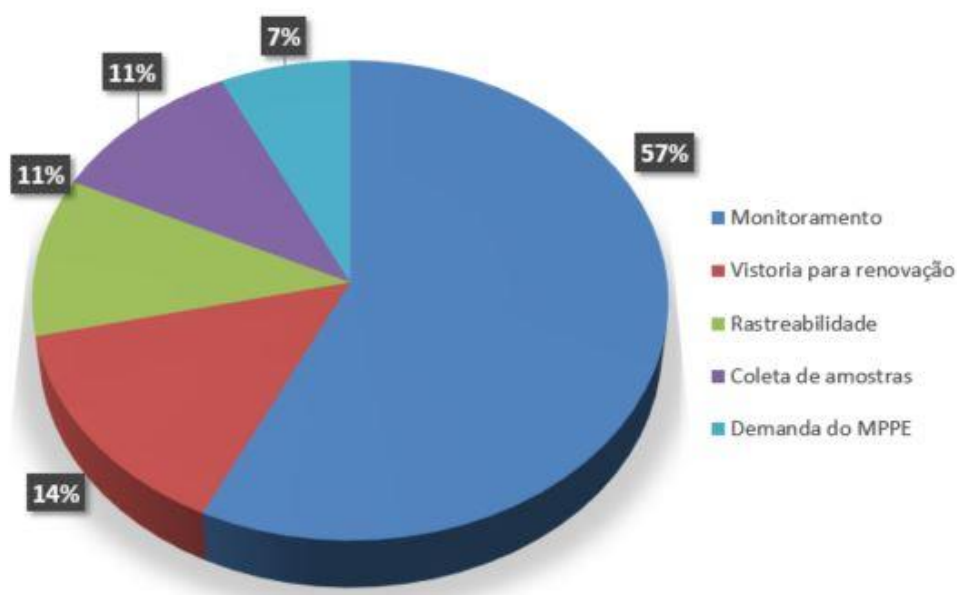


Gráfico 2. Atividades da fiscalização pela ADAGRO no período do ESO.

No Figura 1 observa-se o formulário utilizado pela ADAGRO durante as ações de monitoramento dos PAC's, onde de acordo com a legenda C- conforme, CR - conforme com restrição, NC - não conforme, NO – não observado e NA – não se aplica, é possível identificar seu funcionamento ou não no dia-a-dia do estabelecimento. Os PAC's observados perfazem um total de 16, que abrange: PAC 01 – Limpeza e desinfecção/sanitização, PAC 02 – Higiene, hábitos higiênicos e saúde dos operários, PAC 03 – Água de abastecimento, PAC 04 – Controle de temperatura, PAC 05 – Controle integrado de pragas, PAC 06 – Análises laboratoriais e recall de produtos impróprios, PAC 07 – Controle de matéria-prima, ingredientes e material de embalagens, PAC 08 – Iluminação, PAC 09 – Ventilação, PAC 10 – Águas residuais. PAC 11 – Calibração e aferição de instrumentos de controle de processo, PAC 12 – Manutenção das instalações e equipamentos industriais, PAC 13 – Controle de fraudes, PAC 14 – Manejo de resíduos, PAC 15 – Rastreabilidade e PAC 16 – Bem-estar animal.





QUADRO DE VERIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE

Razão Social:		S.E.::				
Nome Fantasia						
Data:		C	CR	NC	NO	NA
1	PAC 01 – limpeza e desinfecção/sanitização (PHO)	Documental				
	In loco					
2	PAC 02 – higiene, hábitos higiênicos e saúde dos operários	Documental				
	In loco					
3	PAC 03 – água de abastecimento	Documental				
	In loco					
4	PAC 04 – controle de temperaturas	Documental				
	In loco					
5	PAC 05 – controle integrado de pragas	Documental				
	In loco					
6	PAC 06 – análises laboratoriais e recall de produtos impróprios	Documental				
	In loco					
7	PAC 07 – controle de matéria-prima, ingredientes e material de embalagem	Documental				
	In loco					
8	PAC 08 – iluminação	Documental				
	In loco					
9	PAC 09 – ventilação	Documental				
	In loco					
10	PAC 10 – águas residuais	Documental				
	In loco					
11	PAC 11 – calibração e aferição de instrumentos de controle de processo	Documental				
	In loco					
12	PAC 12 – manutenção das instalações e equipamentos industriais	Documental				
	In loco					
13	PAC 13 – controle de fraudes	Documental				
	In loco					
14	PAC 14 – manejo de resíduos	Documental				
	In loco					
15	PAC 15 – Rastreabilidade	Documental				
	In loco					
16	PAC 16 – bem estar animal	Documental				
	In loco					

C = conforme; CR = conforme com restrição; NC = não conforme; NO = não observado; NA = não se aplica

_____, ____ de _____ de _____

Fiscal Estadual Agropecuário

Fiscal Estadual Agropecuário

Figura 1. Formulário utilizado durante as ações de monitoramento pela ADAGRO dos PAC's.

Ao final das fiscalizações aos estabelecimentos era utilizado um documento chamado Termo de fiscalização (Figura 2), onde os fiscais agropecuários envolvidos registravam as ocorrências observadas e também as providências que devem ser tomadas.

[illegible]

Figura 2. Termo de Compromisso utilizada durante a ações de monitoramento pela ADAGRO.

Ao fim de cada visita ao chegar no escritório da ADAGRO, os documentos gerados eram incorporados ao seu respectivo processo físico para endossar o histórico das ações de fiscalização e também lançadas as informações no Sistema de Integração Agropecuária - SIAPEC pelos fiscais agropecuários, permitindo um melhor acompanhamento do estabelecimento nas futuras ações. Quando da ocorrência de infrações por determinados estabelecimentos, eram elaborados os Auto de Infração onde estes eram direcionados ao setor jurídico da ADAGRO para serem remetidos aos devidos infratores como penalidade ao descumprimento da regulamentação sanitária.

Além das atividades descritas anteriormente, também foi realizado um trabalho de Educação Sanitária sobre produtos clandestinos, seus riscos e como identifica um produto registrado.

O comércio clandestino de produtos de origem animal constitui um importante fator de risco para a saúde pública mundial. Este flagelo se estende por todo o território brasileiro, com diferentes intensidades, porem presente em todos os estados da federação. Produtos como carnes, leites, ovos e peixes apresentam uma rica composição nutricional, o que favorece seu consumo em ampla escala por toda a população. Este alto valor nutricional, faz com que ditos produtos sejam excelentes meios de crescimentos para diversos microrganismos, e constituem-se um importante fator de risco à saúde pública (ABRAHÃO et al., 2005).

Os produtos clandestinos não estão sujeitos a inspeção sanitária, por esse motivo expõe a saúde dos consumidores a graves doenças. O custo derivado dessa situação geralmente é arcado pelo sistema público de saúde, o que onera significativamente os cofres públicos, embora não tenham sido quantificados com rigor técnico (BÁNKUTI, 2000). A prática da informalidade na cadeia produtiva ovina traz outros prejuízos além do risco para a saúde pública já descrito. Provoca elevada ociosidade das plantas frigoríficas, cria uma imagem negativa do produto perante novos consumidores com receios de estarem consumindo animais velhos ou abatidos inadequadamente, baixa arrecadação de impostos do setor, o que limita o poder de barganha em uma negociação com o governo, restrição de acesso ao grande varejo, sendo impossível a padronização do produto, perda de nicho da carne de qualidade para os produtos importados e o baixo estímulo ao aumento do rebanho e/ou à entrada de novos produtores (SORIO e RASI, 2010).

Além da carne, a cadeia produtiva do leite é um setor importante para a economia brasileira, uma vez que o leite é um dos principais alimentos dos humanos e é a matéria prima de centenas de produtos, além de contribuir de forma marcante na geração de renda e emprego no meio rural (BRANDÃO et al., 2015). O consumo de leite cru é bastante alto, especialmente em comunidades rurais (NERO et al., 2003), sendo esta prática de alto risco para a saúde da população consumidora.

Diante dessa problemática surgiu a necessidade de se fazer educação sanitária com o objetivo de informar aos consumidores de alimentos de origem animal da importância que deve ser dada na aquisição, manipulação, a fim de evitar possíveis doenças transmitidas por Alimentos (DTAs).

Na execução da educação sanitária são utilizadas diferentes ferramentas e materiais que permitem atender as necessidades de todos os elos das diversas cadeias produtivas e o consumidor final. A escolha do material ou ferramenta a ser utilizada na educação sanitária é um ponto crítico para alcançar os objetivos planejados na atividade educacional. Esta natureza

crucial da escolha aparece de forma resumida nas palavras de William Pollard. “Informação é uma fonte de aprendizagem. Mas, se não está organizada, processada e disponível para as pessoas certas em um formato que ajude a tomar decisões, é uma carga, não um benefício” (BRASIL, 2013). Entre os materiais e ferramentas utilizados na educação sanitária podem ser mencionados:

- Atendimentos em campo
- Palestras
- Cursos
- Oficinas
- Workshops
- Materiais impressos
 - Panfletos
 - Folder
 - Fly
 - Cartaz
 - Banner
 - Faixas
- Entrevista em meios de comunicação
 - Rádio
 - Televisão
 - Jornais
 - Internet
- Atividades lúdicas
- Peças teatrais

Entre todas as opções de materiais utilizados na educação sanitária, optamos por utilizar o folder para contribuir com a educação sanitária de consumidores de produtos de origem animal. O folder é um documento escrito que tem uma dobra (*fold* em inglês) e tem o objetivo de apresentar informação de forma concisa em função da limitação de espaço.

O folder foi escolhido por ser um dos materiais de divulgação de caráter massivo e de fácil distribuição. A proposta de folder apresentada neste trabalho apresenta capa, verso e parte interna (Anexo A). As informações foram apresentadas de uma forma simples e foram usadas diferentes imagens, tanto de produtos como de exemplos de carimbos de produtos inspecionados e registrados. O intuito do desenho simples foi facilitar a compreensão de um

amplo setor consumidor de produtos de origem animal. Os esforços para garantir educação sanitária aos consumidores, visa impulsionar a legalidades das diferentes cadeias produtivas em detrimento das produções clandestinas. Uma vez mudada a mentalidade dos consumidores os produtores se verão forçados a mudar para satisfazer os novos requisitos do mercado, enxergando o cumprimento das normas e registro dos produtos como um investimento.

1.4. Discussão das atividades desenvolvidas

Durante as visitas aos estabelecimentos junto com os fiscais agropecuários da ADAGRO foi observado de maneira geral a dificuldade na implantação e implementação dos Programas de Autocontrole nos estabelecimentos, dificultando o atendimento a Portaria da ADAGRO N° 005 de 14 de fevereiro de 2017 (ADAGRO, 2017), em seu Art. 1° resolve tornar obrigatória a implantação dos Programas de Autocontrole, nos estabelecimentos que industrializam produtos de origem animal, registrados no serviço de inspeção da Agência Estadual de Fiscalização e Defesa Agropecuária. A implantação e implementação dos Programas de Autocontrole são de responsabilidade de seu responsável técnico conforme a Resolução CRMV-PE N° 008, de 24 de fevereiro de 2016 (PERNAMBUCO, 2016).

O conhecimento dos Programas de Autocontrole é de fundamental importância para o monitoramento pelo próprio estabelecimento, pois é a partir dele que se tem o atendimento das exigências ao serviço de inspeção estadual (ADAGRO) e consequentemente a legislação necessária a produção de um alimento considerado seguro.

Além disso, com o preenchimento diário das planilhas pela implementação do Programa de Autocontrole a ocorrência de problemas que venham surgir é de fácil solução, uma vez que qualquer falha pode ser rapidamente corrigida de maneira a não causar grandes alterações durante o processo de produção dentro do estabelecimento.

Durante o estágio foi observado de maneira geral que a busca em atender os órgãos fiscalizadores através de sua legislação é uma constante entre os estabelecimentos e que durante as visitas dos fiscais agropecuários além da ação fiscalizadora, também se realizou-se educação sanitária uma vez que o médico veterinário é um agente em saúde pública, atuando junto aos diferentes segmentos sociais, construindo uma ação contínua, desafiadora e eficiente (Campos e Moraes, 2016).

1.5 Conclusão

A rotina da ADAGRO no setor de Inspeção de Produtos de Origem Animal demanda o conhecimento bastante amplo dos diferentes elos da cadeia produtiva, visto que, são diversos os estabelecimentos, motivações, ocorrências e providências que fazem parte desse trabalho importante para a saúde pública do mundo e em especial do povo pernambucano.

O presente trabalho, contribui na nobre tarefa de educar consumidores de produtos de origem animal mediante a confecção de um folder informativo com linguagem simplificada.

2. Capítulo II: Educação sanitária ao consumidor de produtos de origem animal - Revisão de literatura

2.1. Resumo

A educação sanitária é um processo complexo e envolve aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais, sanitários, metodológicos, comunicação e várias áreas do conhecimento. Objetivou-se buscar informações relacionada a educação sanitária, através de ações educativas. Trata-se de uma revisão que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, realizada a partir da síntese dos resultados de pesquisas relacionados com um problema ou questão específica, sendo a mais ampla a abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado, baseada em evidências. A coleta dos dados foi realizada no período de 13 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019 na base de pesquisa Google, tendo partido do seguinte questionamento: “O que tem sido abordado e como tem sido realizada a Educação Sanitária?” por diversos órgãos e instituições como Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Agência de Defesa Agropecuária, Secretaria de Educação e Serviço de Inspeção. A busca na base de pesquisa foi realizada utilizando-se as seguintes palavras chaves: Educação sanitária, alimentos. Conclui-se que, pela busca de informações, que dentre as ações educativas houve predominância sobre temas relacionados a conscientização para o consumo de produtos de origem animal e a população representada em sua maioria por estudantes foi o público-alvo mais frequente.

Palavras-chaves: fiscalização, saúde pública, controle sanitário, segurança alimentar.

2.2. Introdução

Os primeiros momentos de instauração da Medicina Veterinária como profissão surgiu como uma área de conhecimento para promover a saúde dos animais com o intuito de diminuir os prejuízos econômicos gerados pelas patologias que os acometiam (DA COSTA, 2011). Com o passar do tempo, percebeu-se que muitas doenças infecciosas humanas eram transmitidas a partir de reservatórios animais e de alimentos contaminados, o que levou a prática veterinária a se voltar para aos aspectos populacionais e preventivos da saúde pública, por meio dos conhecimentos epidemiológicos e melhoria na produção de alimentos (PFUETZENREITER et al., 2004). Neste novo olhar das funções do médico veterinário podem ser mencionadas de forma resumida as seguintes responsabilidades: higiene dos alimentos; saneamento ambiental; promoção da saúde animal; e controle de zoonoses (MÁLAGA CRUZ e ACHA JAMET, 1972). No caso da higiene dos alimentos, a educação sanitária constitui uma das aristas bases que garantem resultados satisfatórios nesta área.

O termo educação sanitária foi proposto pela primeira vez em uma conferência internacional sobre a criança, nos Estados Unidos, em 1919, inserido nos princípios científicos da higiene, que se fortalecia com os avanços da bacteriologia e da imunologia, sendo empregado ao longo do século XX (MELO, 1981). O processo de institucionalização da educação sanitária ocorreu no Brasil durante a década de 1920. Nessa década foi criado o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública e que posteriormente em 1941 viria a ser substituído pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES). Com a reforma sanitária em 1925, introduziu-se um novo ordenamento nas políticas de saúde pública, tendo sido uma das ações implementadas, a substituição da polícia sanitária, organizada desde o século XIX, pela educação sanitária.

Defini-se educação sanitária como um processo que envolve um conjunto de métodos e meios educativos que leva à construção, desconstrução e reconstrução de saberes, promovendo a saúde e as mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras, em uma população, frente a um problema sanitário, percebido na área de interesse da saúde agropecuária (IMPROTA, 2002). A educação sanitária constitui atribuição comum a distintas profissões, aplicando segundo as características de cada uma, diferentes metodologias para expor conteúdos específicos aos públicos selecionados. As práticas da educação sanitária foram pautadas no modelo informação-mudança de comportamentos, partindo da premissa de que a população seria carente de conhecimentos e, portanto, os saberes deveriam ser transmitidos por especialistas, a

fim de produzir modificações nos hábitos indesejáveis, do ponto de vista sanitário (BAGNATO e RENOVATO, 2006).

A educação sanitária não é um assunto a se esgotar e com a perspectiva de uma ação preventiva e não apenas curativa, o médico veterinário torna-se um agente fundamental em saúde pública, atuando junto aos diferentes segmentos sociais, construindo uma ação contínua, desafiadora e eficiente. Neste contexto, traçamos como objetivos do presente trabalho analisar criticamente informações referentes a educação sanitária disponível no Brasil.

2.3. Revisão de literatura

2.3.1. Base legal da educação sanitária

Todo estabelecimento que industrializem produtos de origem animal nas suas mais variadas formas carne, pescados, leite, ovos e mel deve estar registrado em algum órgão de inspeção, seja Federal, Estadual ou Municipal, vinculados às Secretarias de Agricultura. O embasamento legal deste proceder está na Lei Federal 7889/89 (BRASIL, 1989), tais estabelecimentos possuem a área de comercialização de seus produtos restrita ao espaço geográfico do órgão de inspeção.

No intuito de padronizar as ações dos serviços de inspeção e registro dos estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal, ficou instituído o Serviço de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), através da Lei Federal 8171/91 (Brasil, 1991), modificado pela Lei Federal 9712/98 (BRASIL, 1998) e regulamentado pelo Decreto nº 5741, de 30 de março de 2006 (BRASIL, 2006). O SUASA institui ações e procedimentos harmonizados e padronizados nos diferentes níveis de inspeção, sendo dividido em vários sistemas (FACIN, 2011).

O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária foi instituído por meio da Instrução Normativa Nº 28, de 15 de maio de 2008 (BRASIL, 2008). Entende-se por educação sanitária em defesa agropecuária o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.

A já mencionada Instrução Normativa Nº 28 em seu artigo 3º, estabeleceu três objetivos específicos: 1) estabelecer e implementar diretrizes nacionais para as atividades de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária; 2) promover o fortalecimento, aumento da abrangência e aperfeiçoamento das ações públicas e privadas orientadas para a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária; e 3) desenvolver e implementar, de forma continuada, planos, programas, atividades e ações em educação sanitária em defesa agropecuária, de forma articulada com as três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com os Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários (BRASIL, 2008).

2.3.2. Elementos integradores da educação sanitária

A educação sanitária é um processo complexo, não somente pela sua complexidade intrínseca ao se tratar de um processo educacional. A complexidade da educação sanitária adquire outra dimensão ao ser necessário a integração de diferentes elementos, todos eles de diferentes naturezas, os quais são apresentados de forma resumida na figura 3.

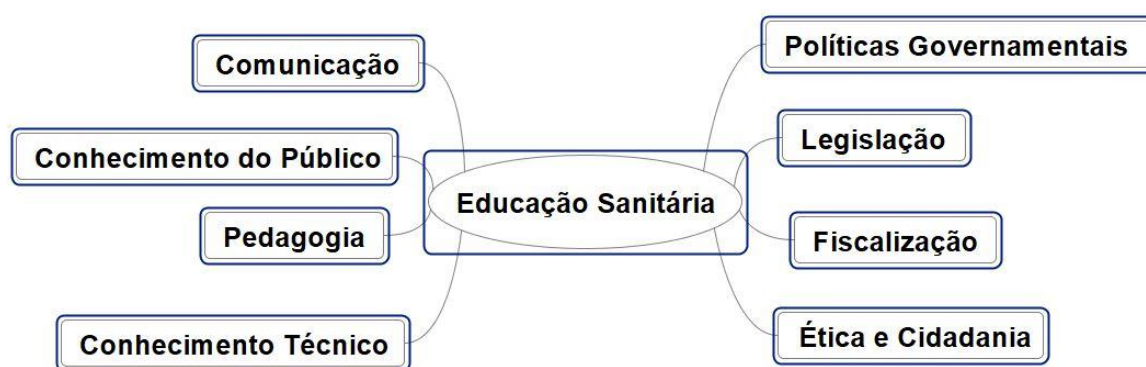


Figura 3. Diagrama representativos dos elementos componentes da educação sanitária.

Várias áreas do conhecimento participam na educação sanitária, sendo esta atividade influenciada por aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Além disso, aspectos sanitários, metodológicos e comunicacionais determinam o sucesso ou fracasso da educação sanitária em uma determinada população ou fração dela.

2.4 Metodologia

O presente trabalho é uma revisão integrativa. Trata-se de uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, esta é realizada a partir da síntese dos resultados de pesquisas relacionados com um problema ou questão específica, sendo a mais ampla a abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Portanto, é um recurso importante dentro a prática da educação sanitária, pois é baseada em evidências.

A coleta dos dados foi realizada no período de 13 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019 na base de pesquisa Google, tendo partido do seguinte questionamento: “O que tem sido abordado e como tem sido realizada a Educação Sanitária?” por diversos órgãos e instituições como Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Agência de Defesa Agropecuária, Secretaria de Educação e Serviço de Inspeção. A busca na base de pesquisa foi realizada utilizando-se as seguintes palavras chaves: Educação sanitária, alimentos, tendo sido realizada 15 (quinze) observações sobre o tema (TABELA 1).

Os critérios de inclusão utilizados foram os seguintes: apresentar o texto na íntegra disponível online, devendo o estudo tratar da educação sanitária como ferramenta de transformação na sociedade. Foram excluídos trabalhos que apresentavam conteúdo que não retratava experiências de atividades ocorridas para Educação Sanitária. Os dados foram categorizados por aproximação temática dos objetos de estudo e, em seguida, foi realizada a análise do conteúdo da seguinte forma: Órgão executor, Local, Ano de Ocorrência, Público Alvo, Tema Abordado, Método Utilizado na Educação Sanitária e Fonte Pesquisada.

2.5 Resultados

TABELA 1 Ações desenvolvidas no Brasil voltadas para a educação sanitária.

ORGÃO	LOCAL	ANO	PÚBLICO ALVO	TEMA	MEIO UTILIZADO	FONTE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SANTA LUZIA - MG	2019	COMERCIANTES, GERENTES E RT DOS SUPERMERCADOS	BOAS PRÁTICAS PARA O COMÉRCIO DE ALIMENTOS	PALESTRA	https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/noticias/vigilancia-sanitaria-promove-capacitacao-para-a-manipulacao-de-alimentos/
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CAMPO GRANDE - MS	2019	POPULAÇÃO	HIGIENE NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS	CURSO	http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/curso-de-manipulacao-de-alimentos-com-60-vagas-e-oferecido-gratuitamente-pela-vigilancia-sanitaria/
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VITÓRIA - ES	2019	POPULAÇÃO	ORIENTAÇÕES PARA EVITAR AS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS (DTAs)	FOLDERS	https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/vigilancia-sanitaria-da-orientacoes-nas-praias-sobre-alimentos-e-bronzeadores-38953
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA COM A EMBRAPA MEIO AMBIENTE	SÃO PAULO - SP	2017	EXTENSIONISTAS RURAIS, COORDENADORES E PROFESSORES	EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS E SAÚDE ANIMAL E VEGETAL	PALESTRA	https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26033519/workshop-gratuito-capacita-em-educacao-sanitaria-e-saude-animal-e-vegetal
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	VERANÓPOLIS - RS	2019	ESTUDANTES	DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS (DTAs)	PALESTRA	http://www.veranopolis.rs.gov.br/noticias/24/geral/4326/projeto-de-educacao-sanitaria-e-realizado-nas-escolas-municipais

VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA	BARRA - RJ	2019	ESTUDANTES	FEBRE AFTOSA, RAIVA, BRUCELOSE, TUBERCULOSE E ALIMENTOS SEGURO	PALESTRA	http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7504/programa-de-educacao-sanitaria
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	BELÉM - PA	2018	PRODUTOR RURAL E POPULAÇÃO	DEFESA, SANIDADE E INSPEÇÃO ANIMAL E VEGETAL	PALESTRA	http://www.adepara.pa.gov.br/artigos/educa%C3%A7%C3%A3o-sanit%C3%A1ria-conscientiza-produtores-e-popula%C3%A7%C3%A3o-sobre-defesa-agropecu%C3%A1ria
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	TAQUARI - RS	2018	ESTUDANTES	EDUCAÇÃO NA SEGURANÇA ALIMENTAR	PALESTRA	https://www.taquari.rs.gov.br/noticia/visualizar/idDep/1012/id/2403/?prefeitura-leva-educacao-sanitaria-as-escolas.html
REGIONAL DE SAÚDE	UBERLÂNDIA - MG	2019	FISCAIS SANITÁRIOS MUNICIPAIS	INSPEÇÃO NA ÁREA DE ALIMENTOS	PALESTRA (TREINAMEN TO)	http://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/11077-regional-de-saude-de-uberlandia-capacita-fiscais-sanitarios-para-inspecao-na-area-de-alimentos
SECRETARIA DA AGRICULTURA	GRAMADO - RS	2019	ESTUDANTES	CONSUMO CONSCIENTE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PALESTRAS, VISITAS	https://www.gramado.rs.gov.br/noticias/agricultura-orienta-estudantes-sobre-consumo-de-alimentos-de-origem-animal

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	BELO HORIZONTE - MG	2008	ESTUDANTES	SANIDADE ANIMAL, VEGETAL, AMBIENTAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	PALESTRA	http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/politica-de-privacidade/story/522-educacao-sanitaria-projeto-do-ima-envolveu-3-500-criancas-em-2007
CENTRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO	IVOTI - RS	2018	POPULAÇÃO	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: PROCEDÊNCIA, PERIGO NA CADEIA PRODUTIVA	PALESTRA	http://www.ivoti.rs.gov.br/noticias/2018/11/30/geral-ivoti-realiza-seminario-de-educacao-sanitaria
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	SÃO JOSÉ DO NORTE - RS	2019	ESTUDANTES	EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONSUMO DE ALIMENTO DE ORIGEM ANIMAL	PALESTRA	http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/comunicacao/noticias/2019/04/11/projeto_de_educacao_sanitaria_nas_escolas_tera_inicio_no_dia_26
SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL	BRASIL	2008	POPULAÇÃO	PERIGOS DE SE TRAZER ALIMENTOS OU PLANTAS DE OUTROS PAÍSES.	FOLDERS, REVISTAS, FILIPETAS	https://www.canalrural.com.br/noticias/vigilancia-sanitaria-alerta-para-plantas-alimentos-trazidos-outros-paises-51272/
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	MARMELEIRO-PR	2018	POPULAÇÃO	IDENTIFICAR OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL QUE SEJAM INSPECIONADOS E FISCALIZADOS	PALESTRA	https://rbj.com.br/geral/acoes-de-educacao-sanitaria-sao-intensificadas-em-marmeleiro-4335.html

O consumo de alimento no mundo tem contribuído para o agravamento no aumento do registro de surtos alimentares por doenças transmitidas por alimentos (DTAs), isso porque, o aumento de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos, além do processo de urbanização de forma muitas vezes desordenada, contribui para que a produção e consumo de alimentos ocorra em condições não adequadas.

Segunda a Organização Mundial da Saúde – OMS, a doença transmitida por alimento (DTA) pode ser de natureza infecciosa ou tóxica, sendo causada por agentes que invadem o organismo por meio da ingestão de alimentos contaminados (WHO, 2000). Além disso, se constitui um surto de DTA a ocorrência de dois ou mais casos de uma doença alimentar semelhante, resultante da ingestão de um alimento em comum (WHO, 2008). Dentre os sintomas causados por DTAs, estes podem gerar variar de uma gastroenterite leve a situações mais severas, podendo desencadear síndromes de natureza renal, hepática, neurológica. Porém, de forma geral, a maioria das DTAs é de intensidade leve a moderada, com ausência da busca de tratamento com profissionais de saúde, o que determina, entre outros fatores, falhas nos sistemas de vigilância e a dificuldade de se estimar a verdadeira incidência de DTA na população (LEITE, 2006).

Nos resultados encontrados, observa-se uma predominância sobre temas relacionados a conscientização para o consumo de produtos de origem animal, através por exemplo da manipulação de forma higiênica dos alimentos. Corroborar com essa informação Devides et al., (2014) ao mencionarem que as doenças transmitidas por alimentos constituem um problema de saúde pública em nível mundial, e estão frequentemente associadas às falhas na manipulação dos alimentos. Isso ocorre principalmente pelo desconhecimento dos riscos sanitários por parte dos manipuladores de alimentos, o que pode ser um entrave para qualidade do produto oferecido ao consumidor, com consequente geração de graves prejuízos a saúde pública.

Como estratégia para melhoria nesse cenário, a educação sanitária mostra-se uma das ferramentas que busca a prevenção e a garantia da segurança alimentar, e através dela pode-se obter a conscientização dos manipuladores na responsabilidade de suas ações. Ainda segundo a World Health Organization (WHO, 2000)) a estratégia para prevenção das doenças de origem alimentar pode ser descrita nos termos de três linhas de defesa: melhorias na qualidade higiênica de alimentos crus na agricultura e aquicultura, aplicação de processos tecnológicos que controlem os contaminantes nos alimentos, e educação de consumidores e manipuladores de alimentos.

Nessa expectativa o maior público alvo desse estudo foi os estudantes seguido da população em geral. Os estudantes nesse processo de formação de opinião é elemento fundamental, pois além de serem a geração futura, os mesmos são multiplicadores de informação, principalmente em suas residências, atingindo dessa maneira uma parcela significativa da sociedade. Já a transmissão para o consumidor (população) que representa o ponto final na cadeia alimentar, desde a produção até o consumo, tem suas responsabilidades no que diz respeito à conservação, manipulação e preparo dos alimentos. Porém, é importante seu esclarecimento a fim de que possa conhecer e compreender as características dos alimentos e seus processos tecnológicos de elaboração e conservação. Somente assim poderá decidir sobre seu consumo ou não, a correta manipulação e preparação, sem que sejam originados posteriores perigos à sua saúde (VIEIRA et al., 2010)

Baseado nas considerações anteriores recomenda-se, nas práticas diárias profissionais, a inserção da educação em saúde, que compreende um conjunto de saberes e práticas que visam à prevenção de doenças e promoção da saúde, em que o conhecimento, cientificamente produzido, no campo da saúde, intermediado por profissionais da saúde, atinge a vida cotidiana das pessoas. A compreensão dos condicionantes do processo saúde-doença oferece subsídios para a adoção de novos hábitos e condutas de saúde (ALVES, 2005).

O Comitê de Especialistas em Planejamento e Avaliação dos Serviços de Educação em Saúde, da OMS, conceitua que o foco da educação em saúde deve estar voltado para a população e para a ação, com o objetivo de encorajar as pessoas a adotar e manter padrões de vida saudáveis, usar de forma judiciosa e cuidadosa os serviços de saúde colocados à sua disposição, tomar suas próprias decisões – tanto individual como coletivamente – visando melhorar suas condições de saúde e as condições do meio ambiente.

A população pode ter a responsabilidade pela busca da segurança alimentar apenas se ela receber instruções dos riscos que certos alimentos ou práticas representam para sua saúde, necessitando serem instruídos em suas escolhas. Os consumidores necessitam ser informados e constantemente lembrados sobre os riscos que alguns alimentos oferecem (WHO, 2000).

Assim, atividades de educação em saúde para prevenção das DTAs devem abranger toda a população e grupos sociais, inclusive profissionais da saúde, consumidores e manipuladores de alimentos, mediante comunicação, informação e treinamento, possibilitando à população-alvo adquirir experiências e habilidades necessárias para entender e administrar perigos em segurança alimentar (SEZEFREDO et al., 2014).

Programas e atividades educativas que visam à popularização do conhecimento científico acerca deste assunto são lançados e aplicados, porém, sem a uniformidade e destaque que conhecidamente outros temas recebem. As ações educativas em saúde apresentam, comprovadamente, efeitos satisfatórios e muito importantes para a tríade indivíduo/sociedade/sistema de saúde, pois quando as informações transmitidas são aceitas e colocadas em prática afetam diretamente o estilo de vida e bem-estar daqueles que as captaram (SEZEFREDO et al., 2014).

2.6 Conclusão

Observa-se uma efetiva institucionalização da educação sanitária, o que garante o consumo de produtos de origem animal com características inócuas na maior parte dos consumidores. A educação sanitária como todo processo educacional precisa ser pensado e desenhado intencionalmente para propiciar a aprendizagem de todos os elos das diversas cadeias produtivas, e em especial os consumidores finais. Devem ser contínuos e crescentes os esforços para produzir materiais didáticos-educativos que abordem a educação sanitária desde diferentes pontos de vista.

2.7 Referências

ABRAHÃO, R.; NOGUEIRA, P.; MALUCELLI, M. O COMÉRCIO CLANDESTINO DE CARNE E LEITE NO BRASIL E O RISCO DA TRANSMISSÃO DA TUBERCULOSE BOVINA E DE OUTRAS DOENÇAS AO HOMEM: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA. *Archives of Veterinary Science*, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2005.

ADAGRO. Portaria da ADAGRO Nº 005 de 14 de fevereiro de 2017. Implantação dos Programas de Autocontrole pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual da ADAGRO. 2017.

ALVES VS. Um modelo de educação em saúde para o programa saúde da família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface Comun Saúde Educ* [periódico na internet]. 2005 [acesso em 16 dezembro 2019];9(16):39-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a04.pdf>

BAGNATO, M.; RENOVATO, R. Práticas educativas em saúde: um território de saber, poder e produção de identidades. **Deitos RA, Rodrigues RM organizadores. Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais. Cascavel (PR): EDUNIOESTE, p. 87-104, 2006.**

BÁNKUTI, F. Os abates clandestinos sob a ótica da nova economia institucional e da organização industrial. **JORNADA DE DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, v. 1, 2000.

BRANDÃO, J. B. et al. Leite clandestino: a informalidade orientada pela demanda—um diagnóstico da produção e comercialização em Itaqui/Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, v. 22, n. 2, p. 113-131, 2015. ISSN 2318-1796.

BRASIL. Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. 2006.

BRASIL. DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017. Dispõe sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. 2017.

_____. Instrução Normativa Nº 28, DE 15 DE MAIO DE 2008. Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. 2008.

_____. Lei Nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dá outras providências. 1989.

_____. Lei Nº 8171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. 1991.

_____. Lei Nº 9712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. 1998.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual do Sistema Nacional de Informação Zoossanitária - SIZ / Ministério da Agricultura. – Brasília: MAPA/ACS. p. 40, 2013.

CAMPOS, F. L.; MORAES, R. C. EDUCAÇÃO SANITÁRIA COMO PRÁTICA DE SAÚDE EM MEDICINA VETERINÁRIA. **Inforativo técnico DDA**, v. 07, n. 01, 2016. Disponível em: < <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02101254-inftec-64-educacao-sanitaria-como-pratica-de-saude-em-medicina-veterinaria.pdf> >.

DA COSTA, H. X. **A importância do médico veterinário no contexto de saúde pública [Dissertação]**. 2011. 34 Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DEVIDES, G. G. G., MAFFEI, D. F. & CATANOZI, M.P.L.M. 2014. Perfil socioeconômico e profissional de manipuladores de alimentos e o impacto positivo de um curso de capacitação em boas práticas de fabricação. *Brazilian Journal of Food Technology*, 17, 166-176.

FACIN, D. V. Sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal. **Informativo técnico DPA**, v. 02, n. 07, 2011. Disponível em: <

<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02101259-inftec-17-sisbi-poa-e-gta.pdf> >.

IMPROTA, C. T. R. História da Defesa Sanitária em Santa Catarina, CIDASC, CD-ROM, Florianópolis. 2002.

LEITE LHM. Bases para o planejamento de estratégias de educação em segurança sanitária alimentar para portadores de HIV/ AIDS ambulatoriais [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; 2006.

LEVI SN. Educação em saúde: histórico, conceitos e propostas. In: 10ª Conferência Nacional de Saúde [online]. Brasília(DF): Ministério da Saúde, 1997 [acesso em 16 dezembro 2019]. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns>

MÁLAGA CRUZ, H.; ACHA JAMET, P. N. La función del médico veterinario en la salud de la comunidad en la América Latina. **Educación Médica y Salud (OPS)**, v. 6, n. 3/4, p. 256-80, 1972. ISSN 0013-1091.

MELO, J. A. C. Educação sanitária: uma visão crítica. **Cadernos do CEDES**, v. 4, p. 28-43, 1981.

NERO, L. A.; MAZIERO, D.; BEZERRA, M. M. Hábitos alimentares do consumidor de leite cru de Campo Mourão–PR. **Semina: Ciências Agrárias, Londrina**, v. 24, n. 1, p. 21-26, 2003.

PERNAMBUCO. Decreto nº 37.623, de 15 de dezembro de 2011, Institui Programa de Estágio no âmbito do Poder Executivo Estadual., 2011.

_____. DECRETO Nº 37.623, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. Intitui Programa de Estágio no âmbito do Poder Executivo Estadual. 2011.

_____. LEI Nº 15.919, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016. Cria a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco. 2016.

_____. Manual do responsável técnico normas e procedimentos. 2ª EDIÇÃO. 2016.

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; DE AVILA, F. P. D. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. **Ciência Rural**, v. 34, n. 5, p. 1661-1668, 2004. ISSN 0103-8478.

SEZEFREDO, T. et al. Práticas de educação em saúde na prevenção das doenças transmitidas por alimentos. **BEPA**, v. 11, n. 127, p. 3-16, 2014.

VIEIRA ACP, BUAINAIN AM, SPERS EE. A segurança do alimento e a necessidade da informação aos consumidores. Cadernos de Direito [periódico na internet]. 2010 [acesso em 16 dezembro 2019];10(19): 21-37. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/direito/article/viewArticle/189>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **FOODBORN DISEASE**: a focus for health education. Geneva: WHO; 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Foodborne disease outbreaks: guidelines for investigation and control. Geneva: WHO; 2008 [acesso em 16 dezembro 2019]. Disponível em: http://www.who.int/foodsafety/publications/foodborne_disease/outbreak_guidelines.pdf

Anexo A. Folder informativo para consumidores de produtos de origem animal



**ATENÇÃO!
CUIDE DA SUA
SAÚDE!**

**VAMOS CONSUMIR
ALIMENTOS DE
QUALIDADE?**



INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL



**ATENÇÃO
CONSUMIDOR**

Ao adquirir produtos de origem animal, seja lácteos e/ou cárneos, deve-se observar se esses produtos possuem registro no Serviço de Inspeção Municipal (**SIM**) através da Vigilância Sanitária, Serviço de Inspeção Estadual (**SIE**) através da ADAGRO ou no Serviço de Inspeção Federal (**SIF**) através do MAPA . Cabe a você consumidor não adquirir produtos clandestinos devido os riscos que esses alimentos representam à sua saúde.

PRODUTOS CÁRNEOS



PRODUTOS LÁCTEOS



MODELOS DE CARIMBOS DE PRODUTOS REGISTRADOS



OBSERVAR SEMPRE

- Condições de conservação do produto;
- Características visuais do produto;
- Integridade da embalagem;
- Data de validade;
- Verificar registro;

NUNCA COMPRA PRODUTOS CLANDESTINOS

CUIDE DE SUA SAÚDE

Lembre-se

ALIMENTOS CLANDESTINOS NÃO GARANTEM A QUALIDADE DOS PRODUTOS.

PRODUTOS SEM REGISTRO PODEM ESTAR CONTAMINADOS E CAUSAR DOENÇAS. VOCÊ PODERÁ TER FEBRE, DOR DE BARRIGA, VÔMITO, DIARRÉIA, PODENDO CHEGAR À MORTE.

**FIQUE ATENTO
SÓ COMPRA PRODUTOS
REGISTRADOS!**

DÚVIDAS/DENÚNCIA

0800 0811020